

DOI: 10.12957/transversos.2021.58330

DIAMANTES DE SANGUE E EXCREMENTOS DO DIABO: ANÁLISE DOS EFEITOS DO DISCURSO DA MALDIÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NA ÁFRICA
BLOOD DIAMONDS AND DEVIL EXCREMENTS: ANALYSIS OF THE EFFECTS OF THE RESOURCES CURSE DISCOURSE IN AFRICA

Tomás Heródoto Fuel

Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Brasil
herodotofuel@gmail.com**Resumo:**

Os recursos naturais dos países em desenvolvimento têm má reputação, esta parece ser a conclusão mais óbvia e consentânea com os insights produzidos pela abundante literatura sobre maldição de recursos naturais nascida do estudo seminal de Richard Auty. Com base na ontologia do realismo crítico combinada com a epistemologia pós-colonial e o método da análise do discurso crítica, procurou-se responder: quais são as relações de poder subjacentes ao discurso de maldição de recursos e, como é que os países africanos reagem aos efeitos da sua reprodução. Concluiu-se apontando a ação de uma “frente acadêmica”, a revisão do quadro institucional, dos contratos comerciais, o surgimento de partidos políticos que reivindicam a nacionalização dos recursos e a emergência de movimentos de ocupação de terras como estratégias de retoma da soberania sobre os recursos e contenção de sua hemorragia.

Palavra-Chaves: Tese da maldição de recursos naturais; Pós-colonialismo; Sensibilidades e resistências africanas.

Abstract

The natural resources of developing countries have a bad reputation, this seems to be the most obvious conclusion and in keeping with the insights produced by the abundant literature on the natural resource curse born of Richard Auty's seminal study. Based on the ontology of critical realism combined with postcolonial epistemology and the method of critical discourse analysis, we sought to answer: what are the power relations underlying the resource curse discourse and how do African countries react the effects of its reproduction. It was concluded by pointing to the action of an "academic front", the revision of the institutional framework, commercial contracts, the emergence of political parties that demand the nationalization of resources and the emergence of land occupation movements as strategies to retake sovereignty over the resources and containment of your hemorrhage.

Keywords: Natural resource curse thesis; Post-colonialism; African sensitivities and resistance.

1. Introdução

A criação do universo e seus constituintes são narrados por uma pluralidade de fontes segundo a tradição religiosa ou campo discursivo em que estiver filiada. Para a tradição judaico-cristã, o livro fundacional da humanidade é a bíblia e, uma das lições iniciais vertidas nesta sacra fonte discorre sobre a relação entre o homem e a natureza revelando que ainda nos primórdios da vida humana na terra, nem todos os recursos naturais criados providencialmente, estavam ao dispor do homem. E, foi justamente pela contravenção à proibição do usufruto de certos recursos,

que os primeiros habitantes, então Adão e Eva, foram amaldiçoados como se pode ler nos seguintes versículos:

... ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: de toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás, porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás (GÊNESIS 2: 16-17). E o Senhor Deus disse a Adão: maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida (GÊNESIS 3: 17).

Em um estudo que problematiza a metáfora da maldição apresentada na bíblia, Rugwiji (2018) diz que a bíblia desempenha um papel fundamental na vida ética e religiosa das comunidades africanas e por isso, a metáfora da maldição não pode ser ignorada. Corroborando com Rugwiji, Meneses (2010) explica que com a partilha de África, assistiu-se ao desenvolver da ciência da colonização eurocêntrica que visava a expansão de missões civilizadoras que procuravam resgatar as almas dos africanos.

Segundo Quijano (2002: p. 5) o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista mundialmente imposto e admitido nos séculos seguintes, como a única racionalidade legítima.

Sob a perspectiva de um conhecimento científico de base eurocêntrica, vários conceitos usuais, mas não amplamente consensuais, foram formulados em um contexto, mas com perspectivas de normatividade global. Por exemplo, de acordo com Banerjee (2003: p. 149), “a invenção do desenvolvimento e a criação do subdesenvolvimento” ocorreu no discurso inaugural do Presidente Harry Truman em 20 de janeiro de 1949 em que delineou um programa global para o desenvolvimento. No espírito deste discurso, para além do narcísico reconhecimento de si como o protótipo, o imperialismo estadunidense se outorgava a missão de levar o desenvolvimento para as áreas subdesenvolvidas do mundo. Criou-se, então, uma “ficção do subdesenvolvimento” (ESCOBAR, 1988).

Anos depois, a Comissão Brundtland (1987) introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável. Com este conceito, segundo Banerjee (2003) verificou-se a transformação da “natureza” em “meio ambiente”. De acordo o autor, esta mudança implicou fazer a abstração da singularidade dos múltiplos significados da natureza e como meio ambiente, a natureza passou a ser vista como algo separado das práticas sociais e culturais e que pôde ser gerenciado para produzir resultados discretos, observáveis e mensuráveis calcados no uso da lógica dos mercados e da acumulação capitalista para determinar o seu futuro.

Foi dentro desta lógica que, relacionando a discrepância entre uma dotação favorável de recursos naturais e o crescimento econômico, Richard Auty (1993) introduziu o conceito de maldição de recursos naturais, pavimentando, assim, o trilho seguido pela chamada literatura do *resource curse*¹ e sua derivada, *presource curse*² (CUST & MIHALYI, 2017; FRYNAS et al., 2017).

Ora, o fato de os países da África subsaariana serem cotados como áreas com vastas riquezas naturais e, concomitantemente, como os países mais subdesenvolvidos do mundo, faz da tese da maldição dos recursos naturais, quando não problematizada, uma verdade a *la palice*. Como se argumenta mais adiante, esta tese não é ideologicamente neutra e, mostra uma forte ancoragem à “forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade” (QUIJANO, 2002: p. 4).

Vários estudos (KUWIMB, 2010; MAILEY, 2015; SAAD-FILHO e WEEKS, 2013; BAYART, 1999; NEGRÃO, 2002; CASTEL-BRANCO, 2017) apresentaram importantes aportes sobre a gestão de recursos naturais na África e uma análise crítica da tese da maldição de recursos, porém, poucos analisaram acuradamente o contexto da sua gênese, performatividade e estratégias de resistências aos seus efeitos em suma, as relações de poder subjacentes em sua enunciação e os efeitos da sua reprodução. Este estudo propõe-se a preencher esta lacuna porque “os estudos contemporâneos não podem apropriar-se acriticamente de categorias, ignorando uma análise da genealogia de um conceito, da sua produção, transformação e utilização políticas” (MENESES, 2010: p.89).

Nesta senda, a nossa abordagem segue uma visão ontológica assente na ideia de que as narrativas correntes sobre a maldição de recursos naturais reproduzem as relações de poder colonial reforçando a dependência dos Estados em vias de desenvolvimento, aos Estados e instituições do centro. Com efeito, a explicação da dominação subjacente é feita à luz do realismo crítico. Epistemologicamente, a análise é orientada pelo pós-colonialismo e metodologicamente baseia-se na abordagem da análise crítica do discurso desenvolvida por Norman Fairclough.

Estruturalmente o artigo está dividido da seguinte forma: depois desta introdução, apresenta-se, a metodologia, a análise do contexto que antecedeu à formulação da tese, a sua

¹ Chamamos literatura do *resource curse* aos estudos que analisam o efeito da exploração de recursos naturais no crescimento econômico na perspectiva maniqueísta de verificar se foi uma bênção ou maldição. Os estudos do *resource curse*, na sua maioria, confirmam a hipótese de ocorrência de uma maldição.

² Conceito introduzido por Cust e Mihalyi (2017) para referir que em países com instituições políticas fracas, o crescimento econômico começa a apresentar desempenho inferior muito antes dos recursos naturais (especialmente o petróleo) começarem a ser explorados. A maldição ocorre antes da exploração. Alguns autores afirmaram que, por exemplo, no caso de São Tomé e Príncipe, só o cheiro do petróleo foi capaz de aumentar a corrupção.

enunciação com enfoque na trajetória do seu emissor. Na quinta parte, faz-se uma análise crítica da tese seguida da abordagem sobre as sensibilidades e estratégias de resistências africanas e por fim, a conclusão.

2. Trilho metodológico

Para responder à questão do estudo, partimos da ontologia realista crítica. Os estudiosos do realismo crítico presumem a existência de um mundo objetivo (intransitivo) que tem poderes e propriedades que podem ser mais precisamente conhecidos como uma consequência do esforço científico, mas reconhecem que o conhecimento é subjetivo, discursivamente limitado (ou seja, transitivo) e que tal construção social está em constante mudança (VINCENT & O'MAHONEY, 2016).

Como se analisa mais adiante, a tese de Prebisch-Singer de inspiração keynesiana advogava uma exploração de recursos naturais com ênfase na industrialização, na crença de que a demanda por produtos minerais e outros recursos, cresce menos em relação aos produtos manufaturados. Este foi o argumento subjacente à formulação de “políticas autárquicas” em vários países em vias de desenvolvimento. No entanto, com a defesa da tese de maldição de recursos, e advento do neoliberalismo, as “políticas autárquicas” passaram a ser vistas como erráticas e a exorciação da maldição de recursos ficou dependente de capacidades não plenamente detidas por estados economicamente pobres, porém, ricos em recursos.

Os estudiosos do realismo delimitam os conceitos de entidade, poder e sistema. Entidades, na definição de Fleetwood (2005), são coisas que “fazem a diferença” por si mesmas, e não correspondem a simples soma de suas partes. As entidades são organizadas hierarquicamente e têm relações em diferentes níveis: o empírico constituído pelos eventos observados e experimentados, o atual, formado por eventos em curso (observáveis ou não) e o real, com enfoque nas estruturas e mecanismos causais que influenciam o comportamento (FLETCHER, 2017).

A tese seminal de Auty correlaciona uma dotação favorável de recursos e baixo desempenho econômico. Outros aportes associam a exploração de recursos com a estabilidade política e social, esta última explorando o efeito de expectativas inflamadas. Sob o esteio da análise das expectativas, a análise da maldição de recursos deixou de ser analisada *ex post facto*, ou seja, depois da exploração e passou a ser analisada também *ex ante*, isto é antes da exploração.

Ademais, à luz dos pressupostos da teoria de Auty, a adoção de políticas autárquicas com ênfase, por exemplo, na defesa da industrialização endógena, nacionalismo econômico e de recursos, passaram a ser vistas como mecanismos causais que podem levar à maldição de recursos. Entretanto, a literatura do *resource curse* vem sofrendo críticas quais sejam, a de servir de veículo para o endosso do neoliberalismo e estar baseada em suposições inadequadas e lógica falha. A defesa do livre mercado pelo neoliberalismo é também percebida como uma ideologia que favorece as grandes corporações multinacionais do norte global perpetuando um padrão colonial da exploração dos recursos naturais.

Assim, a perspectiva pós-colonial orienta-se pela crítica radical ao colonialismo e tem como objetivo fundamental a contestação da soberania aparentemente inquestionável das distinções discursivas por ele produzidas (BANERJEE e PRASAD, 2008). Os estudos pós-coloniais visam compreender as questões contemporâneas através da “reflexão retrospectiva do colonialismo” (SAID, 1978: p.45), e, com isso, desvelar práticas neocoloniais caracterizadas por controles de ordem política, econômica e cultural (BANERJEE e PRASAD, 2008).

Ao localizarmos a teoria da maldição dos recursos no discurso mais amplo do desenvolvimento e da modernidade ocidental, a perspectiva pós-colonial nos oferece a possibilidade de compreendermos seus mecanismos e efeitos a partir de uma crítica radical e eticamente direcionada (BANERJEE e PRASAD, 2008; PRASAD, 2003).

Assim, em consonância com a perspectiva pós-colonialista recorreremos também à Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2012), como forma de direcionar a crítica ao discurso dominante sobre a maldição de recursos. Em *Critical realism and semiosis*, Fairclough et al. (2002) defendem que a análise semiótica crítica - especialmente a análise crítica do discurso, representa uma forma de análise textual compatível com o realismo crítico porque face à assumpção das razões como causas, a semiose mostra que de fato, as razões são difusas e difíceis de identificar de forma inequívoca estabelecendo, assim, uma separação entre razões e causas sublinhando o interesse na performatividade dos discursos.

Segundo o autor, a ACD destina-se a compreender o papel das semioses nos processos de mudança social e as relações existentes entre as semioses e outros elementos da rede de práticas sociais. Quando os diversos gêneros e discursos de determinadas práticas sociais são inter-relacionados de uma maneira particular denominam-se ordem do discurso.

Na perspectiva de Fairclough (2012: p. 310) uma ordem do discurso pode ser definida como “uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros”. Nesta ordenação, algumas formas de construção de sentido são dominantes, e outras são marginais, alternativas. A estruturação da diversidade semiótica torna-se hegemônica quando passa a integrar o senso comum e a legitimar relações de dominação. Apesar da hegemonia de alguns discursos, a estruturação de uma ordem discursiva é sempre dinâmica, “uma ordem do discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo o que acontece em interações reais” (FAIRCLOUGH, 2012: p. 311).

Richard Auty não só pavimentou o caminho seguido pela crescente literatura do *resource curse* e sua derivada *presource curse* como também introduziu uma perspectiva maniqueísta de análise do contributo econômico da exploração de recursos naturais, atualmente vista como benção ou maldição. Situado nos extremos, exíguos são os estudos do campo que apontam para uma situação intermédia em que, a exploração dos recursos é combinada com outros fatores para gerar tal resultado, ou seja, que os recursos naturais não determinem a redenção ou não da economia do país.

A ACD segundo Fairclough (2012), não se limita unicamente a uma técnica de pesquisa e deve ser compreendida como uma teoria da linguagem, ou mais amplamente, da semiose, considerada como um dos elementos do processo social material mais amplo e cuja análise se beneficia de uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais (FAIRCLOUGH, 2000). Como complemento do método da ACD, para composição do *corpus* de pesquisa foram usadas também a pesquisa documental e revisão bibliográfica.

A pesquisa documental incidiu sobre programas, artigos de revista e jornais. Tais foram os casos do PROSAVANA para análise da relação comercial entre o Brasil, Japão e Moçambique e a Visão Africana para o sector de Mineração (VSM) como instrumento de intervenção da União africana e vários artigos de revista e jornais. Por seu turno, a revisão bibliográfica foi crucial para aferição do estado de arte da abordagem do assunto. Decorrente desta, pôde-se confirmar o carácter inédito da abordagem que aqui se desenvolve assim como, identificar elementos que situassem o discurso da maldição de recursos no contexto da sua enunciação, as suas finalidades, efeitos e por fim, as sensibilidades e resistências provocadas na África.

Para não incorrerem em generalizações, olhando a África como homogênea com risco de sedimentar a imagem errônea de tratar-se de um país e não de um continente com 55 países, restringiu-se a análise para a região da África Austral e nesta, selecionamos experiências representativas de cinco países que são: Moçambique, Libéria, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue.

A escolha não foi aleatória. Até a década de 1980, a África do Sul e o Zimbábue eram os dois países mais industrializados do sul da África (MOYO & YEROS, 2008) enquanto Moçambique foi o primeiro país africano a implementar programas de ajustamento estrutural em plena guerra. Por seu turno, a Libéria foi um dos poucos estados africanos que não sofreu uma colonização política, mas continua subdesenvolvida e a Tanzânia tem sido nos últimos anos, o centro de atenção devido às mudanças na direção do governo com efeitos nas relações comerciais. A seguir reconstruímos o itinerário que levou a enunciação da tese da maldição de recursos.

3. Antecedentes da tese maldição de recursos: o contexto

A análise do conceito de maldição de recursos naturais neste artigo é baseada na obra seminal de Auty (1993), que introduziu no campo acadêmico, o termo maldição para se referir a visão contraintuitiva da posse de recursos naturais como sinônimo de maiores oportunidades de crescimento econômico resultante da sua exploração.

Antes da publicação desta tese, houve um contexto político e científico fecundo do qual o autor deve ter sido fortemente influenciado. Note-se que, antes da publicação da obra, realizaram-se duas conferências importantes (1972 em Estocolmo, Suécia e 1992 no Rio de Janeiro, Brasil) onde foram tomadas decisões que estruturaram as narrativas sobre o meio ambiente e o papel dos Estados na sua proteção.

A primeira conferência internacional sobre o meio ambiente realizou-se na cidade de Estocolmo, na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, e foi precedida por uma série de movimentos de reivindicação e protestos de organizações sociais exigindo medidas efetivas para maior proteção do meio ambiente. Neste evento, de acordo com Prada (1972), os 112 países participantes reconheceram as atividades danosas que o desenvolvimento industrial por um lado, para o caso dos países chamados de desenvolvidos (norte-global) e a pobreza, por outro lado, para os países tidos como subdesenvolvidos (sul-global), infligiram à natureza.

Assim, os danos ambientais foram vistos como fruto, quer da industrialização quer de sua ausência. Mais importante ainda é, como nota Mindoso (2020), que decorrente da narrativa

inaugurada nesta conferência, os países do sul global ficariam sob tutela do norte-global quão mercê do seu apoio financeiro, tecnológico e científico. Em outras palavras, o direito de uso e aproveitamento dos proventos naturais existentes nos países do sul-global, a maioria ainda na primeira década de independência política, exigia um alinhamento do respectivo país com as agências de cooperação e as organizações internacionais agora responsáveis pela regulação da proteção do meio ambiente.

Vinte anos depois, em 1992, ocorreu a segunda conferência, no Rio de Janeiro, Brasil. Segundo Mindoso (2020), os problemas ambientais passaram a ser vistos de uma forma globalizada e, foi feito um esforço para reconhecer a responsabilidade desigual dos países nos danos causados ao meio ambiente. No Rio, arrastados pela onda liberalizante que despontara no alvorecer daquela década, para os países do sul-global e, particularmente, os países africanos, a solução dos problemas ambientais passava necessariamente pela abertura ao neoliberalismo econômico, aceitando em seus territórios a presença de capital estrangeiro, sobretudo na exploração de seus recursos.

Nesta senda, caberia aos países do norte-global de onde provinha o capital econômico internacional, intensificar a extração e exploração de recursos naturais do continente e, ao Sul-global, preservar a fauna e flora, a biodiversidade.

Para além deste contexto político, no âmbito acadêmico, Davis e Tilton (2008) explicam que uma visão pouco otimista da possibilidade dos países do sul-global se enriquecerem com base na exploração de recursos naturais, partira da que ficou conhecida como tese de Prebisch-Singer.

A tese de Prebisch-Singer, segundo Davis e Tilton (2008) era de inspiração keynesiana e defendia que, a demanda por produtos minerais e outros recursos, cresce menos em relação aos produtos manufaturados. Por isso, recomendava aos países em vias de desenvolvimento, a diversificação de produtos de exportação e, a aposta na industrialização local orientada para a substituição das importações. Como dizem os autores, esta tese conferiu a racionalidade intelectual para as “políticas autárquicas” que muitos países implementaram entre as décadas 60 e 70.

Com efeito, em vários Estados do sul-global, na África, Ásia e América Latina políticas de industrialização rápida foram levadas a cabo (BRESSER-PEREIRA et al., 2020, MKANDAWIRE & SOLUDO, 1998; LOPES, 2019). Contudo, os níveis de crescimento

econômicos obtidos até a virada ideológica na década 90 e a redução do apoio dos parceiros de cooperação do bloco do leste, davam pouco espaço de manobra para que os países mantivessem suas “políticas autárquicas” ante a globalização e a ascensão do capitalismo financeiro-rentista capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. As ideias de Prebisch-Singer, então abrigadas na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), estavam com seus dias contados.

Salientem-se três fatos da conferência de Estocolmo: primeiro, a industrialização é vista como um problema danoso para o meio ambiente; segundo, a tutoria da proteção ambiental é reservada aos países do norte-global e, terceiro, o sul-global mesmo pouco industrializado, também foi visto como agressor do meio ambiente e, por isso, com a obrigação de ter um papel ativo na preservação da fauna, flora e biodiversidade.

Assim como Auty em 1993, após a conferência de 1972, Maurice Strong apresentou em Junho de 1973 o mesmo mês da realização da Conferência no ano anterior - o conceito de ecodesenvolvimento (LAYRARGUES, 1997). Este conceito, segundo o autor, definia um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do dito Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza.

No pós-Estocolmo, as questões ambientais, o uso de recursos locais e a preservação da natureza ganharam maior ímpeto. Em seguida, a conferência do Rio revigorou o assunto e endossou o neoliberalismo como a nova racionalidade intelectual na qual se ancorou a tese de maldição de recursos de Richard Auty.

4. Auty e a enunciação da tese da maldição de recursos

Richard Auty professor emérito de geografia econômica na Universidade de Lancaster, atuou antes como professor na Universidade de Trinidad e Tobago (América Central) na Universidade de West Indies (Jamaica) e, também como consultor de agências internacionais como o Banco Mundial, a UNDP, e IDB. Adicionalmente, consta da sua extensa produção acadêmica, entre livros e artigos, mais de uma centena de publicações.

Nos anos que antecederam à publicação da obra que o firmou nos meios acadêmicos, Auty fez estudos em vários países como a Guiana, Caribe, Trinidad e Tobago, Nigéria, Camarões, Coreia do Sul, Zâmbia, China, Índia, Venezuela e na América Latina, em suma, em países tidos como subdesenvolvidos que corporificam o sul-global. Com efeito, o *locus* da análise que serviu de esteio para sua a tese não fugiu à regra, visto que, contemplou a análise de quatro

países da América-Latina (Chile, Peru, Bolívia, Jamaica) e, para aferir a validade das conclusões, incluiu a Zâmbia (África) e Papua Nova Guiné (na Ásia).

Daqui pode-se inferir que, para além de sua inserção em um contexto político e acadêmico onde crescia a preocupação com o meio ambiente, a sua atenção esteve, ao longo dos anos antecedentes, voltada para os países em vias de desenvolvimento que se tornaram o principal destinatário da mensagem veiculada com a sua tese de maldição de recursos.

A tese da maldição de recursos é descrita em três momentos. Nas palavras de Auty (1993):

[Primeiro] um crescente corpo de evidências sugere que uma dotação favorável de recursos naturais pode ser menos benéfica para países com níveis de desenvolvimento de renda média e baixa do que a *sabedoria convencional* (grifo nosso) pode supor. [Segundo], duas peças importantes dessa evidência são os esforços de industrialização dos países em desenvolvimento no pós-guerra e o desempenho dos países em desenvolvimento ricos em minerais desde a década de 1960. [Terceiro] as novas evidências sugerem que não apenas os países ricos em recursos podem deixar de se beneficiar de uma dotação favorável, como também podem ter tido um desempenho pior do que os países menos dotados. Esse resultado contra intuitivo é a base da tese da maldição dos recursos (enumeração nossa) (AUTY, 1993: p.1).

De acordo com Pamplona e Cacciamali (2018) durante o período de 1950 a 1970, a economia convencional cujo *mainstream* era constituído por estudiosos como Viner, Lewis e Rostow concordava com os preceitos da teoria das vantagens comparativas, que via a abundância de recursos naturais como vantajosa para o desenvolvimento. Destarte, a posse de grandes e diversificados recursos naturais era vista como uma vantagem para que um país obtivesse rápido crescimento econômico.

Em análise retrospectiva, Auty (1993: p.1). mostra que os países que buscaram industrializar-se (tomando como caso de estudo os países mencionados), explorando os seus recursos e perspectivando a substituição de importações, “podem ter tido um desempenho pior do que os países menos dotados”. Por conseguinte, a diferença entre a riqueza em recursos naturais e pobreza econômica dos países deve ser reduzida mediante uma gestão econômica apropriada.

Destarte, criticando as políticas industriais calcadas na economia convencional, Auty endossou o neoliberalismo como o antídoto para os corolários nefastos da crescente rejeição da onipresença do Estado. Porém, a tese da maldição de recursos que parece incorporar uma estratégia de “criar dificuldades para vender facilidades” não tem estado imune à crítica, como veremos a seguir.

5. A crítica da tese sobre a “maldição dos recursos”

A tese de Kuwimb sobre a maldição dos recursos na Papua Nova Guiné oferece uma análise crítica contundente à tese apresentada por Auty. O autor constatou que os efeitos da maldição dos recursos são os mesmos descritos por economistas políticos nas décadas de 1950 e 1960 como a causa do subdesenvolvimento. Nesta conformidade, para o autor, a “diferença na escolha de palavras para descrever os mesmos efeitos decorre do ponto de vista ideológico a partir do qual a pobreza e o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo são discutidos” (KUWIMB, 2010: p. 6).

A partir de uma análise metódica da tese de Auty (1993), Kuwimb (2010) aponta que

a tese de maldição de recursos desempenha um papel ideológico para legitimar as posições hegemônicas das antigas potências coloniais e corporações transnacionais que financiam e controlam a exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos nos antigos territórios coloniais e ofuscam os efeitos econômicos, sociais e ambientais prejudiciais das suas atividades culpando políticas ‘erradas’ e a interferência do governo no funcionamento ‘perfeito’ do chamado ‘mercado livre’ (KUWIMB, 2010: p.14).

Kuwimb (2010) evidencia a predominância dos preceitos do neoliberalismo nos discursos sobre a maldição de recursos. O autor destaca dois conjuntos de evidências que corroboram tal afirmação. O primeiro refere-se a crítica neoliberal direcionada à participação dos governos no processo de desenvolvimento econômico e o segundo, às sugestões das políticas econômicas neoliberais como forma de solucionar os efeitos da maldição.

O conjunto de evidências apresentado por Kuwimb (2010) revela a contradição fundamental presente nesse discurso, segundo o qual a intervenção dos governos no processo de desenvolvimento econômico deve limitar-se a implementação das políticas econômicas preconizadas pelo neoliberalismo. Conclui, o autor, que a fonte da maldição dos recursos naturais, na Papua Nova Guiné, ao contrário das causas habituais apontadas pela teoria da maldição dos recursos, é o regime jurídico imposto pelo colonialismo que resultaram na supressão dos direitos dos povos tradicionais sobre o território e sobre os recursos, transferidos às corporações transnacionais.

Saad-Filho e Weeks (2013) seguem em linha semelhante de raciocínio afirmando que a análise convencional de países ricos em recursos é enganosa porque suas várias manifestações são baseadas em suposições inadequadas e lógica falha. Na visão destes estudiosos, a maldição de

recursos e a doença holandesa³ são mais prováveis de serem sofridas em países cujos governos buscam políticas econômicas neoliberais.

As políticas econômicas neoliberais tiveram como “cavalo de Tróia” os programas de ajustamento estrutural implementados na década 80. A Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA) observa que estes programas continham um paradoxo. O paradoxo dos programas de reajustamento estrutural segundo a UNECA (2011) é que, enquanto se esperava que o Estado liderasse o processo de reformas econômicas, estabilização e transformação, sua capacidade foi desmembrada, e tornou-se incapaz de levar a cabo as medidas de reforma de forma eficaz.

Várias vozes africanas se levantaram contra os resultados contraproducentes das políticas implementadas ao abrigo destes programas (ver MKANDAWIRE & SOLUDO, 2003) reinando um consenso de que a opção pelos programas de reajustamento estrutural foi uma “má escolha” (NASCIMENTO, 2011: p. 287).

Todavia, Cahen (2013) nota que os africanos não são livres para discutir verdadeiras alternativas, pois não podem sair da convenção de Lomé, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, portanto, eles têm que ficar sempre dentro dos limites que o sistema-mundo capitalista impõe.

Com efeito, as boas práticas de governança global despontam no debate internacional sobre a maldição dos recursos como a solução para a aparente incapacidade do Estado de realizar o desenvolvimento. Nesse contexto, o capital estrangeiro encarnado em grandes corporações transnacionais, depositárias das boas práticas de governança, é encarado como a solução e não a causa do problema (GILBERTHORPE & RAJAK, 2016).

Assim, enquanto alguns autores como Collier (2008) e Hicks (2015) enfatizam as boas práticas de governança e de responsabilidade social corporativa como uma saída possível para a transformação da maldição dos recursos em riqueza mineral e desenvolvimento sustentável, outros (CARMODY, 2011; SOUTHALL & MELBER, 2009; LEE, 2009; PRICHARD, 2009; FERGUSON, 1999) evidenciam a continuidade de padrões de exploração e expropriação imperialistas.

³ A doença holandesa é uma desvantagem competitiva associada a uma crônica sobrevalorização da taxa de câmbio causada pela exploração de recursos abundantes e baratos (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016). Na abordagem destes autores, a maldição de recursos naturais e a doença holandesa são problemas concomitantes.

A preferência pelo solo africano é nítida, só na “primeira década do século XXI, em todo o mundo foram adquiridos, por estrangeiros, 203 milhões de ha de terras, sendo 134 milhões localizados na África” (BELLUCCI, 2012: p. 79).

6. Sensibilidades e resistências africanas

Como demonstrado, a tese da maldição dos recursos naturais como argumentado por (KUWIMB, 2010; SAAD-FILHO e WEEKS, 2013) fornece o adubo que fertiliza uma relação desigual e de subordinação entre os estados.

Para tanto, como no passado, várias são as estratégias de resistência adotadas. Para além de uma “frente acadêmica” caracterizada por uma atitude crítica em relação à manutenção do padrão colonial na gestão dos recursos, outras estratégias incluem a revisão do quadro institucional, dos contratos comerciais, o surgimento de partidos políticos que reivindicam a nacionalização dos recursos e a emergência de movimentos de ocupação de terras. A seguir, apresenta-se o panorama da experiência de vários países do sul da África como o caso de Moçambique, Libéria, África do Sul, Tanzânia e Zimbábwe.

A OXFAM internacional, uma confederação de 20 organizações que atua em mais de 90 países, refere que os Estados africanos “estão a ser pressionados para celebrar acordos e contratos de mineração injustos, bem como para conceder incentivos fiscais às empresas de mineração que os prejudicam em longo prazo” (OXFAM, 2017: p. 2). Por exemplo, Bussotti (2013) refere que a Mozal que foi a primeira multinacional estrangeira que se instalou em Moçambique e fê-lo ao abrigo das indicações do FMI e Banco Mundial para que os países africanos concedessem facilidades para receber este tipo de investimentos. Com efeito, a Mozal foi praticamente isenta do pagamento de impostos, situação que não foi alterada nos anos seguintes.

Situação diferente ocorreu na Libéria quando em 2006, após uma revisão de 105 concessões de recursos naturais, recomendou-se que 36 contratos fossem cancelados e 14 renegociados porque o governo não recebeu o devido valor pelos mesmos (OXFAM, 2017: p.7). O estudo de Mailey (2015) filiado ao Centro de Estudos Estratégicos de África sediado nos Estados Unidos, desvela a lógica de um “modelo de negócios” que foi introduzido pela 88 *Queensway Group* um consórcio sediado em Hong Kong a partir de 2003 em pelo menos nove países africanos. Segundo o estudo, a lógica consiste em “primeiro fazer amigos, a seguir fazer

contratos”. O estudo desafia uma malha de corrupção envolvendo as elites políticas locais e este tipo de empreendedores que “prosperam em ambientes nos quais os governos estão desesperados financeiramente ou isolados diplomaticamente, onde as instituições de supervisão são fracas e a sociedade civil é reprimida” (MAILEY, 2015: p.1).

Bellucci (2012) vê a “nova corrida para África” movida por uma alta demanda de terras para fins agrícolas ou energéticos como “fome de África” que desencadeou uma “corrida às terras” africanas pelos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Conta, o autor, que em 2011, o governo de Moçambique ofereceu a empresários brasileiros uma região equivalente a “três Sergipes” para ser arrendada por longo período em condições discutíveis.

O autor refere-se ao PROSAVANA, um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil, pela ABC e Embrapa, e Japão, pela JICA lançado em 2009⁴ com um horizonte de vinte anos. Este programa que foi visto como uma tentativa de exportar um “modelo fracassado” do Brasil para Moçambique suscitou uma forte oposição articulada de movimentos sociais dos três países que culminou com a publicação de uma carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o programa e resultou na mudança da narrativa e replanificação da intervenção dos respectivos governos (FASE, 2016).

É por isso que vários estudiosos (BAYART, 1999; NEGRÃO, 2002; CASTELBRANCO, 2017) afirmam que a responsabilidade pela má gestão dos recursos naturais não recai apenas para agentes externos e nem se esgota em teorias de conspiração, por isso, chamam atenção para o papel das elites locais⁵. Negrão (2002), por exemplo, aponta que o modelo de gestão da terra em vários países da África ocidental e Austral, foi uma reprodução do modelo dualista usado no período colonial onde, as melhores terras foram adjudicadas para as elites locais e estrangeiras ou para empresas geridas pelo Estado enquanto os pobres foram deixados nas terras marginais.

Ora, a atual situação económica do Zimbabué também tem desdobramentos na questão fundiária. Profundamente marcada pela questão da terra, vista por Negrão (2002) como “indispensável para o aumento da riqueza dos pobres”, a reforma agrária no Zimbabué que por

⁴ O Programa se inspirava na experiência adquirida através dos programas brasileiros de desenvolvimento agropecuário realizados em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), principalmente a experiência e os resultados do Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec) e Programas de Assentamento Dirigido no Distrito Federal (PAD-DF) desenvolvido a partir de 1973.

⁵ As fugas de informação do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ou *Panama Papers*) revelaram que as elites políticas de 44 em 54 países africanos esconderam riqueza gerada pelo setor da mineração através de empresas de fachada, criadas para possuir ou fazer negócios com petróleo, gás e mineração (OXFAM, 2017: p.4).

longo período (1980-2002) esteve envolta a negociações inconsequentes entre o Governo, os proprietários das terras, a comunidade de doadores e o Governo britânico, só avançou com o surgimento do movimento de ocupação de terras, um movimento que segundo, “defendia um nacionalismo militante anticolonial, que se centrava orgânica e ideologicamente na recuperação de terras” (MOYO & YEROS, 2008: p. 206).

Iniciativa análoga ocorreu também na África do Sul com o surgimento do partido “Combatentes da Liberdade Econômica” (*Economic Freedom Fighters*, EFF, em inglês) cujo mote, para além da oposição acirrada ao partido no poder, o Congresso Nacional Africano (*African National Congress*, ANC em inglês), exige a nacionalização da indústria mineradora (Shubin, 2016). Note-se que a existência de “conglomerados minerais de energia, com ligações e capacidades incomumente globalizadas para empresas de um país em desenvolvimento” (CHANG, 2010: p. 88) foi referenciada pelo estudioso como um grande desafio para transformar a África do Sul em um estado desenvolvimentista.

Como expressão de uma sensibilidade coletiva, a União Africana (UA) lançou formalmente em 2009, a “Visão Africana para o Sector da Mineração” com o desiderato de promover um desenvolvimento equitativo e generalizado através da utilização prudente da riqueza natural do continente. Este documento cuja adoção é obrigatória para os Estados membros do bloco, define um regime fiscal progressivo, capaz de conter a hemorragia de recursos do continente por fraude e evasão fiscal e fluxos financeiros ilícitos do sector da mineração visto que, os recursos mineiros são maioritariamente extraídos para serem processados e utilizados fora do continente e os sectores da mineração têm permanecido como enclaves, ou seja, desligados do resto da economia (OXFAM, 2017).

A implementação deste plano em cada um dos países, não obsta que individualmente sejam desencadeadas ações com vista à recuperação da autoridade sobre os recursos ou a contenção da sua hemorragia. O caso da revisão dos contratos na Líberia, da pressão dos movimentos sociais e políticos no Zimbabué, Moçambique e África do Sul, servem de exemplos. Vale observar também que em alguns casos, Libéria, Zimbabué e Tanzânia as ações foram articuladas pelos estados nacionais enquanto que em Moçambique e África do Sul foram contra os governos dos respetivos estados.

Nesta senda, o caso da Tanzânia é digno de menção. Segundo o portal de Angola, o então Presidente, John Magufuli, anulou um contrato de 10 mil milhões USD com a China

assinado pelo seu antecessor, Jakaya Kikwete com vista a construção de um porto no riacho Mbegani em Bagamoyo no norte de Dar es Salaam, com os termos de que receberiam uma garantia de 30 anos e um arrendamento incessante de 99 anos. Ainda segundo a mesma fonte, “o governo da Tanzânia não teria absolutamente nenhum poder para contestar sobre quem viria a explorar o porto durante o período de vigência do contrato de aproximadamente um século” (PORTAL DE ANGOLA, 2020: p. 1).

Em suma, o fato de a África possuir mais países ricos em recursos do que qualquer outra região do mundo (MAILEY, 2015) e, concomitantemente, abrigar o maior número de pobres, faz da tese da maldição de recursos uma hipótese aprioristicamente comprovada e, por isso, tomada como certa.

Como demonstrado, a construção da ideia inseriu-se em um contexto que visava endossar o neoliberalismo como o paradigma económico dominante. Pela pena do seu artífice, para além de culpar os governos que, inspirados pela sabedoria convencional acreditavam que os seus recursos naturais pudessem ser a redenção de suas economias, a tese credita a responsabilidade pela “boa” governação dos recursos às instituições com mais conhecimento, experiência e tecnologia na área, ou seja, aos países do norte global.

Para tanto, na longa caminhada para a liberdade económica, várias estratégias de resistências têm sido levadas a cabo, quer articuladas pelos Estados nacionais quer contra os respectivos governos nacionais. Assim, assinalou-se o papel da “frente académica” caracterizada por uma atitude crítica em relação ao eurocentrismo e do papel das elites locais, a revisão do quadro institucional, dos contratos comerciais, o surgimento de partidos políticos que reivindicam a nacionalização dos recursos e a emergência de movimentos de ocupação de terras que lograrão êxito se atentarem para a o padrão de poder colonial operando de fora ou no interior das fronteiras nacionais.

7. Conclusão

Este artigo teve como objetivo analisar as relações de poder subjacentes ao discurso de maldição de recursos e, a forma pela qual os países africanos reagem aos efeitos da sua reprodução. Argumentou-se que a conferência internacional sobre o meio ambiente realizada em Estocolmo (1972) e a conferência que se realizou vinte anos depois (1992) no Rio, podem ser considerados dois eventos que prepararam o terreno onde a semente da tese da maldição de recursos foi lançada e, sobretudo, pelo fato de na primeira, os países industrializados (norte-global) terem chamado a

si o direito de tutela dos países do sul-global na preservação do meio ambiente. Enquanto na segunda conferência, as medidas de política decididas terem sido entrelaçadas com os interesses dos países industrializados materializados pela ideologia do neoliberalismo.

Por conseguinte, a análise crítica da tese de maldição de recursos naturais de Richard Auty revela que esta tese é uma crítica neoliberal direcionada à participação dos governos no processo de desenvolvimento econômico e visa apresentar as políticas econômicas neoliberais como forma de solucionar os efeitos da maldição. Apontou-se a ação de uma “frente acadêmica”, a revisão do quadro institucional, dos contratos comerciais, o surgimento de partidos políticos que reivindicam a nacionalização dos recursos e a emergência de movimentos de ocupação de terras como estratégias africanas que visam a retoma da soberania sobre os recursos e contenção de sua hemorrhagia. Dada a atualidade e relevância deste assunto, espera-se que os próximos estudos aprofundem a discussão da diferença da unidade de análise da literatura do *resource curse* e do *presource curse*, discutam a performatividade do discurso de maldição de recursos e analisem a geopolítica da produção dessas narrativas. Por ora vale recordar, que os recursos naturais dos países em vias de desenvolvimento têm má reputação “os diamantes são de sangue e o petróleo são excrementos do diabo”.

Referências bibliográficas

- AUTY, R. *Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis*. London: Routledge, 1993.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Necrocapitalism. *Organization Studies*, 29(12), 1541-1563, 2008. <https://doi.org/10.1177/0170840607096386>
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. *Organization Studies*, 24(1), 143-180, 2003.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby; PRASAD, Anshuman. Introduction to the special issue on “Critical reflections on management and organizations: a postcolonial perspective”, *critical perspectives on international business*, v. 4 No. 2/3, pp. 90-98, 2008.
- BAYART, Jean-François. L’Afrique dans le monde: une histoire d’extraversion. *Critique Internationale*, 5(5), 97-120, 1999. <https://doi.org/10.3406/criti.1999.1505>
- BELLUCCI, Belle. Fome de África: terra e investimento agrícola no continente africano. *Revista Tempo Do Mundo*, 4(1), 79-119, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L.; OREIRO, J.; MARCONI, N. *Macroeconomia desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. C.; CRISTINA, Eliane; COSTA, Samuel. An alternative to the middle-income trap. *Structural Change and Economic Dynamics*, 52, 294-312. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2019.11.007>

- BUSSOTTI, Luca. Análise da cobertura de imprensa risco ambiental de Moçambique O caso da Mozal Bypass e Jornal “Notícias” e “O país.” *Revista Luciérnaga*, 5(10), 15–27, 2013.
- CAHEN, Michael. Em Moçambique só há partidos de direita. *Revista Plural*. São Paulo, v.20. p.155-174, 2013
- CARMODY, Pádraig. *The new scramble for Africa*. Cambridge, MA: Polity Press, 2011.
- CASTEL-BRANCO, Carlos. Nuno. Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In BRITO, Luis de; CASTEL-BRANCO, Carlos; CHICHAVA, Sérgio; Francisco, António (Ed.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 257–302). Maputo: IESE, 2017.
- COLLIER, Paul. The profits of boom: Will Africa manage them differently this time? *Optima*, 54, 2–7, 2008.
- CUST, James; Mihalyi, David. Evidence for a Presource Curse? In *Policy Research Working Paper* (No. 8140), 2017.
- CHANG, Ha-Joon. How to do a developmental state: political, organisational and human resource requirements for the developmental state. In EDIGHEJI, O. (ed). *Constructing a Democratic Developmental State in South Africa Potentials and Challenges*. Capetown: HSRC Press, 2010.
- DAVIS, Graham. A., & TILTON, John. E. Why the resource curse is a concern. *Mining Engineering*, 60(4), 29–32, 2008.
- DUFFY, Rosaleen. The potential and pitfalls of global environmental governance: The politics of transfrontier conservation areas in Southern Africa. *Political Geography*, 25(1), 89–112, 2006. doi:10.1016/j.polgeo.2005.08.001
- ESCOBAR, [Arturo](#). (1988) Power and Visibility: Development and the Invention and Management of the Third World. *Cultural Anthropology* , Nov., 1988, V. 3, No. 4 (Nov., 1988), pp. 428-443
- FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Critical Realism and Semiosis. *Alethia*, 5(1), 2–10, 2002. <https://doi.org/10.1558/aleth.v5i1.2>
- FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D´Água*, 25(2), 307–329, 2012.
- FASE. (2016). A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique.
- FERGUSON, James. *Expectations of modernity. Myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.
- FLEETWOOD, Steve. Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective. *Organization*, 12:2, 197–222, 2005.
- FLETCHER, Amber. J. Applying critical realism in qualitative research : methodology meets method. *International Journal of Social Research Methodology*, 20(2), 181–194, 2017. FRYNAS, Jędrzej George; WOOD, Geoffrey.; HINKS, Timothy. The resource curse without natural resources: Expectations of resource booms and their impact. *African Affairs*, 116(463), 233–260, 2017. GILBERTHORPE, Emma. & RAJAK, Dinah. The Anthropology of Extraction: Critical Perspectives on the Resource Curse. *The Journal of Development Studies*, 2016. DOI: 10.1080/00220388.2016.1160064

- HICKS, Celeste. *Africa's new oil: Power, pipelines and future fortunes*. London: Zed Books, 2015.
- KIRSCH, Stuart. *Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics*. Berkeley, CA: Stanford University Press, 2014.
- KUWIMB, Mako. A critical study of the resource curse thesis and the experience of Papua New Guinea. James Cook University, 2010.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Proposta*, 25(71), 5-10, 1997.
- LEE, M. C. Trade relations between the European Union and Sub-Saharan Africa under the Cotonou Agreement: Repartitioning and economically recolonizing the continent? In R. Southall & H. Melber (Eds.), *A new scramble for Africa: Imperialism, investment and development* (pp. 83-111). Scottsville, SA: University of KwaZulu-Natal Press, 2009.
- LOPES, Carlos. *Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt*. Palgrave Macmillan, 2019.
- MAILEY, J. R. A anatomia da maldição dos recursos: Investimento predatório nas indústrias extrativas de África. In *Centro de Estudos Estratégicos Africanos* (Vol. 3), 2015.
- MENESES, Maria. Paula. G. O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais. *E-Cadernos CES*, 07, 2010.
- MINDOSO, André Victorino. Na encruzilhada entre “emancipação” e dominação: a narrativa ambientalista global e as políticas desenvolvimentistas de África. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 144-153, 2020.
- MKANDAWIRE, Thandika.; SOLUDO, Charles. C. Our continent our future African Perspectives on Structural Adjustment. Dakar: CODESRIA, 1998.
- MKANDAWIRE, Thandika; SOLUDO, Charles. C. African Voices On Structural Adjustment. (ed.) CODESRIA, 2003.
- MOYO, Sam; YEROS, Paris. Ocupaciones de tierras y reforma agraria en Zimbabwe: hacia la revolución democrática nacional. CLACSO, 2008.
- NASCIMENTO, Augusto Reclamar o futuro ... Notas sobre a 13 .ª Assembleia do CODESRIA. *Africana Studia*, 17, 285-299, 2011
- NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres* 1-21, 2002.
- OXFAM. *Da Aspiração à realidade Análise da Visão Africana para o sector da Mineração*. Vol. Março, 2017
- PAMPLONA, João. Baptista., & CACCIAMALI, Maria Cristina A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. *Economia e Sociedade*, 27(1), 129-159, 2018
- PRADA, Valentín R. Vázquez De La conferencia de Estocolmo sobre el medio ambiente. *Revista de Administracion Publica*, 26, 381-401, 1972
- PRASAD, [Anshuman](#). *Postcolonial Theory and Organizational Analysis: A Critical Engagement*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2003
- PRICHARD, Wilson The mining boom in Sub-Saharan Africa: Continuity, change and policy implications. In R. Southall & H. Melber (Eds.), *A new scramble for Africa: Imperialism, investment and development* (pp. 240-274). Scottsville, SA: University of KwaZulu-Natal Press, 2009

QUIJANO, Anibal Colonialidade, Poder, Globalização E Democracia. *Revista Novos Rumos*, 17(37), 4-28, 2002.

JACK, Gavin; WESTWOOD, Robert; SRINIVAS, Nidhi; SARDAR, Ziauddin. Deepening, broadening and reasserting a postcolonial interrogative space in organization studies. *Organization*, 18(3), 275-302, 2011.

ROSA, Alexandre; ALCADIPANI, Rafael. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(6), 185-215, 2013.

RUGWIJI, Temba. T. Conceptualising the biblical view of curse (Gen. 9:25-27) as a metaphor for natural resource curse in Zimbabwe: An indigenous knowledge systems perspective. *Old Testament Essays*, 31(2), 363-388, 2018

SAAD-FILHO, Alfredo; WEEKS, John. Curses, Diseases and Other Resource Confusions. *Third World Quarterly*, 34(1), 1-21, 2013. <https://doi.org/10.1080/01436597.2012.755010>

SAID, Edward. *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*. London: Penguin, 1978.

SHUBIN, Vladimir. África do Sul: cenário político atual. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), 10-29, 2016.

SOUTHALL, R., & MELBER, H. (Eds.). (2009). *A new scramble for Africa: Imperialism, investment and development*. Scottsville, SA: University of KwaZulu-Natal Press.

UNECA. *Governing development in Africa - the role of the state in economic transformation*. Economic Commission for Africa. 2011.

WESZKALNYS, Gisa. Re-conceiving the resource curse and the role of anthropology. *Suomen Antropologi. Journal of the Finnish Anthropological Association*, 35(1), 87-90, 2010

WCED. *World Commission on Environment and Development: our common future*. Oslo: WCED, 1987.

VINCENT, Steve; O'MAHONEY, Joseph. In Cassell, C., Cunliffe, A. and Grady, G. [Eds.] *The Sage Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods*, London: Sage, 2016.

Sítios

https://www.researchgate.net/profile/Richard_Auty. Acesso em: 20 de jan. 2021

<https://www.portaldeangola.com/2020/04/20/presidente-da-tanzania-anula-contrato-de-10-mil-milhoes-usd-com-a-china/>. Acesso em: 15 de fev. 2021

Sobre o autor:

Tomás Heródoto Fuel: graduado em Administração Pública, mestre em Ciência Política e Estudos Africanos e doutorando em Administração Pública e Governo.

Artigo recebido para publicação em: 10 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

FUEL, Tomás Heródoto. Diamantes de sangue e excrementos do diabo: análise dos discursos da maldição de recursos naturais na África. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 247-267. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.58330

